



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

A ATUAÇÃO DOCENTE E A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DISLEXIA: DIAGNÓSTICO, REFLEXÕES E APONTAMENTOS.

Disneylândia Maria Ribeiro

Profa. Departamento de Educação, CAMEAM/UERN. Mestranda PPGE/UFPE.

Dejânia Maria da Silva Souza

Graduanda do Curso de Pedagogia, CAMEAM/UERN.

Míria Helen Ferreira de Souza

Profa. Departamento de Educação, CAMEAM/UERN. Mestranda POSEDUC/UERN

PALAVRAS INICIAIS...

O presente escrito versa sobre a formação e a atuação docente frente à inclusão escolar de crianças com dislexia, apresentando apontamentos teóricos e legais, bem como, discussões acerca dos dados obtidos na pesquisa de campo desenvolvida numa escola da rede estadual de ensino, localizada na cidade de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte (RN), no ano de 2013.

Compreende-se, desse modo, que o(a) professor(a) exerce um papel de relevância primordial no processo de integração e/ou inclusão de estudantes com distúrbios de aprendizagem nas classes regulares de ensino, tendo em vista que é o(a) principal responsável pelo planejamento pedagógico, pela escolha e sistematização dos procedimentos, atividades e recursos de ensino.

Todos esses aspectos implicam na aquisição e desenvolvimento de habilidades e competências relativas à sua formação inicial e continuada, e também, advindas das experiências e vivências profissionais acumuladas no exercício do magistério. Mas não somente, vale lembrar que, o cultivo de atitudes positivas mediante a possibilidade de atuar numa sala com alunos(as) com deficiência é um aspecto decisivo na efetivação de uma educação para todos(as).



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

METODOLOGIA

A investigação desenvolvida adotou uma abordagem qualitativa e se constituiu inicialmente, por meio de estudos teóricos bibliográficos, buscando a apropriação de conceitos, concepções, diretrizes, orientações metodológicas e operacionais relacionados à inclusão escolar e ao déficit de aprendizagem denominado dislexia (FREITAS, 2004; MASSI, 2007; MITTLER, 2003; SHAYWITZ, 2006; BRASIL, 2001; STAINBACK, STAINBACK, 1999).

A pesquisa de campo foi desenvolvida numa escola da rede estadual de ensino da cidade de Pau dos Ferros, RN cuja constituição dos dados, se deu, num primeiro momento, por meio de visitas ao *locus* de investigação, estratégia utilizada para tomar conhecimento de que o mesmo possui no seu quadro crianças com distúrbios de aprendizagem. Em seguida, procedeu-se a aplicação de questionário a uma professora que atua no 5º ano do ensino fundamental na perspectiva de conhecer o trabalho pedagógico e a atuação docente com vistas à integração, e/ou inclusão de crianças com diagnóstico de dislexia no ensino regular.

RESULTADOS

Formação e perfil profissional da docente colaboradora da pesquisa

Partindo do princípio de que a formação profissional oferece boa parte das condições necessárias para que as práticas inclusivas sejam realizadas de maneira positiva, buscou-se traçar o perfil formativo e profissional da docente colaboradora da pesquisa.

Ela é licenciada em Pedagogia, com especialização em Educação e Linguagens para a Multiculturalidade. Quanto à formação continuada, buscou-se levantar informações sobre os cursos, seminários e encontros relacionados especificamente à educação especial e inclusiva. Dessa maneira, a professora afirmou ter participado das seguintes atividades formativas: Curso Educação Inclusiva: Desafios para superar a



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

exclusão, ofertado pela 15ª Diretoria Regional de Educação (DIRED), situada na cidade de Pau dos Ferros/RN, no ano de 2013, com a carga horária de 16 horas.

Clarividente é, que a docente não possui uma especialização integralmente voltada à educação especial e/ou inclusiva e que sua formação continuada na área é insuficiente. Esse fato evidencia a negligência do poder público com um aspecto emergente e de extrema relevância dentro dos parâmetros de uma educação de qualidade, haja vista que a referida professora atua em uma sala de aula com estudantes que apresentam deficiências de aprendizagem.

Identifica-se, desse modo, um contrassenso, vez que a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 assevera: “Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. (BRASIL, 2001, Art. 18; Inciso IV; § 4º)

Compreende-se, pois, que apenas um curso de formação continuada com carga horária tão reduzida não oferece subsídios teóricos e práticos suficientes para uma *práxis* pedagógica voltada para inclusão de estudantes com deficiências, visto que, este trabalho requer competência e sensibilidade para definir e programar estratégias de flexibilização, adaptação curricular e procedimentos didáticos alternativos, bem como, habilidade para trabalhar em equipe e mobilizar apoio pedagógico de toda a escola e da família.

Foi inquirido saber se a docente ainda possuía o material utilizado no referido curso, momento em que ela revelou: “*Não, porque não foi disponibilizado material impresso, mas as ministrantes se prontificaram a repassar o material por e-mails ou em pendrives.*” Salienta-se, que não objetiva-se aqui fazer uma análise profunda do curso de formação continuada citado pela professora, no entanto, é impossível eximir-se de tecer um comentário frente à tamanha lacuna, evidenciada na falta de distribuição de material impresso sobre as temáticas abordadas, pois, é sabido que a releitura contribui para uma aquisição mais profunda do que se é estudado.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Vivências e experiências profissionais frente à integração e/ou inclusão de estudantes com dislexia

Em relação a sua atuação pedagógica mediante a integração e/ou inclusão de alunos(as) com dislexia, a docente declara *“Já trabalhei no ano anterior com um aluno. E atualmente me encontro com três alunos, em uma turma de 5º ano que tem no geral trinta e dois alunos”*.

A realidade que a mesma vive atualmente demonstra uma disparidade gritante quanto à quantidade de estudantes com necessidades educativas especiais, pois em classes numerosas, os(as) professores(as) encontram mais dificuldades para flexibilizar as atividades e perceber as necessidades e habilidades de cada um(a).

Quando questionada sobre a conceituação e as características da dislexia, a professora apresentou a seguinte resposta: *“Basicamente se caracteriza por dificuldades relacionadas no desenvolvimento das habilidades de escrita e leitura.”* Considera-se essa compreensão muito limitada e superficial, tendo em vista a complexidade de discussões e concepções teóricas que permeiam a dislexia.

Segundo Shaywitz (2006), a dislexia é uma deficiência na aquisição dos sons da linguagem, nas habilidades do pensamento e do raciocínio, engloba também dificuldades no desenvolvimento da fala e do cálculo matemático.

Indagou-se, então, se a professora sente-se preparada para proporcionar a esses(as) educandos(as) um ensino-aprendizagem de qualidade, e ela responde categoricamente: *“Posso assegurar tranquilamente que não. Tento proporcionar o melhor para o aluno, mas é impossível atender 100% a uma turma heterogênea, recheada de especificidades em que o professor não dispõe de tempo suficiente para acompanhar as particularidades de cada um”*. Mais uma vez fica explícita a insuficiência no seu processo formativo, o que confirma a assertiva de Freitas (2004, p. 168):

É consensual que afirmação de que a formação de que dispõe os professores hoje no Brasil não contribui suficientemente para que seus alunos se desenvolvam como pessoas, tenham sucesso nas



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

aprendizagens escolares e, principalmente, participem como cidadãos detentores de direitos e deveres na chamada sociedade do conhecimento.

A afirmação da professora evidencia ainda outras questões que fragilizam o processo de inclusão, como é o caso do número excessivo de alunos(as) na mesma turma e a falta de um(a) professor(a) auxiliar na sala de aula.

A indagação seguinte, emanada do questionário, versa sobre o diagnóstico dos alunos com dislexia (como é feito e por quem). Constatou-se que o mesmo é realizado apenas com o apoio da professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aspecto que vulnera o procedimento, considerando-se que segundo Shaywitz (2006), é necessário bem mais que um(a) professor(a) para fazer o diagnóstico da dislexia. É imprescindível a consulta a uma equipe multidisciplinar composta por neurologista, pediatra, psiquiatra, fonoaudiólogo e psicólogo que avaliará inúmeras situações, para que o resultado seja o mais correto possível.

Sem a devida colaboração desses profissionais, torna-se praticamente impossível afirmar que a criança tem o déficit de aprendizagem, uma vez que este pode ser confundido com dificuldades próprias da aquisição do código escrito. (MASSI, 2007).

Metodologias e recursos didáticos utilizados no processo de ensino e de uma aprendizagem significativa.

As metodologias utilizadas na aprendizagem dos(as) alunos(as) afetam de maneira explícita a cultura da escola e seu compromisso com a mudança educativa. A reforma da educação especial supõe a modificação dos valores, das normas, das atitudes dos professores, dos antigos modelos de aprendizagem, da transformação cultural, e propõe a participação dos pais e da comunidade, a fim de proporcionar uma busca conjunta de soluções para os desafios existentes.

Nessa perspectiva, questionou-se a docente colaboradora da pesquisa: Como se dá o planejamento das atividades didático-pedagógicas? Você planeja com alguém? Ela



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

respondeu: *“O planejamento é bastante flexível tendo em vista que o processo de ensino aprendizagem acontece de forma mais lenta exigindo mais dinamicidade e ludicidade na maneira de se promover o ensino”*. Observa-se que ela indica, de forma superficial, os princípios que norteiam o planejamento como a flexibilidade, a dinamicidade, não explicitando, por exemplo, o espaço de tempo para realização do mesmo, se diariamente, semanalmente, e nem muito menos, os recursos que orientam a escolha dos conteúdos e das atividades. Fica subentendido que ela planeja sozinha.

Esse aspecto pode ser avaliado de forma negativa, tendo em vista que

Nas escolas que incluem e apoiam todos os alunos, os professores, os pais, os alunos, o pessoal de apoio, os administradores, os membros da comunidade e outros estão envolvidos nas equipes de tomada de decisão ou força-tarefa que determinam grande parte dos procedimentos e das práticas da escola. (STAINBACK, STAINBACK, 1999, p. 71)

No que concerne às estratégias metodológicas e aos recursos destinados ao processo de aprendizagem dos alunos(as) da turma, a docente investigada restringiu-se a declarar *“as atividades são diferenciadas, porém o aluno também se envolve nas demais atividades realizadas pelo restante do grupo, pois se não o envolvermos na dinâmica de sala podemos estar o excluindo”*.

Nessa mesma linha de raciocínio indagou-se: Que atividades, recursos, e instrumentos você utiliza para avaliar a aprendizagem dos(as) alunos(as) com dislexia? Ela afirmou: *“O processo avaliativo também acontece de maneira diferenciada, com atividades adaptadas as dificuldades do aluno”*.

É importante ressaltar inicialmente, que todas as turmas são heterogêneas, vez que os(as) estudantes com ou sem deficiência apresentam níveis e ritmos de aprendizagem próprios e isso implica em adaptações diversas, que vão desde os objetivos de ensino aos critérios e instrumentos de avaliação. Entretanto, as atividades de aprendizagem precisam ser colaborativas e grupais para que determinados(as) discentes não sintam-se isolados(as), segregados(as). Corroborando com as premissas de Stainback e Stainback (1999, p. 144):



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Todos os alunos devem ter acesso a um currículo básico rico em conteúdos, embora as estratégias específicas para facilitar a aprendizagem dos conteúdos precisem ser baseadas em estilos de aprendizagem individuais. [...] A avaliação é um componente fundamental dos processos de ensino e aprendizagem. Os educadores devem ter um amplo e profundo conhecimento dos seus alunos para poderem criar um ambiente de aprendizagem adequado a cada um deles.

O último aspecto levantado no questionário foi sobre a participação da família na vida estudantil dos discentes com dislexia. Momento em que obteve-se a seguinte enunciação: *“Em alguns casos se tem uma presença mais efetiva. Já em outros os familiares são resistentes em aceitar a compreender tais distúrbios de aprendizagem. Em alguns casos é comum atribuir que essas falhas na aprendizagem dos filhos é de responsabilidade da escola ou especificamente do professor”*.

Percebeu-se pelo relato da docente que, de certa forma, ainda impera o preconceito ou a negação das deficiências apresentadas pelos(as) filhos(a), uma vez que, em alguns casos, a família associa tal quadro, única e exclusivamente às lacunas e a falta de efetividade da escola ou, especificamente, do(a) professor(a). Sobre isso, Mittler (2003, pp. 205 - 206) reflete que,

Os professores e os pais podem ser amigáveis, úteis e corteses mutuamente, mas há uma tensão subjacente inevitável que surge a partir do desequilíbrio de poder entre eles. Muitos pais sentem-se apreensivos e ansiosos quanto a irem às escolas porque carregam consigo suas próprias histórias de experiência com os professores e com a escolarização.

Essa tensão revelada nas palavras do teórico supracitado acarreta dificuldades de entendimento entre professores(as) e pais(mães) de alunos(as), impedindo, em alguns casos, um acompanhamento efetivo da família no processo de desenvolvimento cognitivo e psicossocial das crianças com dislexia. Essas situações devem, pois, ser contornadas por meio de um trabalho delicado e minucioso com a família e toda a comunidade escolar, de modo que desperte confiança e trabalho em equipe com vistas à



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

efetividade de um ensino verdadeiramente democrático, função por excelência da escola pública.

PALAVRAS FINAIS...

Salienta-se, por fim, que a inclusão escolar de alunos(as) com dislexia depende não só da boa prática ou da formação do(a) professor(a), mas da colaboração e de atitudes positivas de toda a comunidade escolar frente a aprendizagem e o desenvolvimento psicossocial dessas crianças. É necessário, pois, idealizar a escola como espaço de construção de saberes capaz de receber e aceitar a diversidade, problematizando e mobilizando práticas para a conquista de uma realidade inclusiva.

O(a) professor(a) é mais uma peça indispensável na construção da personalidade da criança e as relações que ela vivencia no espaço escolar nem sempre são harmônicas. É importante que se estabeleça laços seguros, afetivos e verdadeiros entre os sujeitos do processo educativo, rumo à superação dos conflitos, dos déficits comportamentais e de aprendizagem.

Espera-se, portanto, que as reflexões levantadas no decorrer deste trabalho possam se constituir num incentivo para que novas pesquisas sejam realizadas no âmbito da inclusão escolar de estudantes com deficiências, visto que essa é uma discussão emergente na sociedade contemporânea e implica a superação dos estereótipos e barreiras culturais que invisibilizam esses seres humanos no contexto social e político. Desse modo, faz-se imprescindível estudar, investigar, problematizar essa temática no caminho das conquistas de uma nova realidade, na qual a inclusão passe a ser princípio, condição essencial para uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB, nº 2 de 11 de setembro de 2011)*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

FREITAS, Penha Cristina da Silva. *DISLEXIA*. 2004 . 80 f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia Institucional). Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.

MASSI, Giselle. *A dislexia em questão*. São Paulo: Plexus Editora, 2007.

MITTER, Peter. *Educação inclusiva: Contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003

SHAYWITZ, Sally. *Entendendo a dislexia: Um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura*; tradução Vinícius Figueira. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: Um guia para educadores*; tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.